

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

RODRIGO SCHAMES ISOPPO

**Narradores de rua: uma resistência existencial**

Porto Alegre

2014

*Rodrigo Schames Isoppo*

**Narradores de rua: uma resistência existencial**

Trabalho de conclusão de curso, submetido ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Caleb Faria Alves

Porto Alegre  
2014

*Rodrigo Schames Isoppo*

**Narradores de rua: uma resistência existencial**

Trabalho de conclusão de curso, submetido ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Caleb Faria Alves

Data de aprovação: / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Caleb Faria Alves (orientador)

---

Prof. Dr. Ênio Passiani

---

Prof. Dra. Jaqueline Tittoni

*Dedico à minha irmã Giovanna, por toda  
potência de vida que carrega em apenas 10  
anos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais que sempre botaram fé nas minhas ideias malucas;

Agradeço a Bobe por acalantar meu lar;

Agradeço à Luli por fazer meu coração bater todos os dias em compasso e melodia;

Agradeço aos coletivos que habitei durante a vida e que me dão bagagem às minhas experiências: Habonim Dror, PET Sociais e jornal Tabaré

Agradeço ao professor, tutor, orientador e grande amigo Caleb, que me fez acreditar que existe espaço de resistência na Universidade;

Agradeço à toda população de rua e suas narrativas que, para mim, é o que representa a história do mundo;

Agradeço aos que colaboraram para que esta experiência se transmutasse em papel: Átila, Martino, Tomás, Violeta, Kika e Korman;

Agradeço à poesia, deusa de todas as coisas.

*Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura.*

*Roland Barthes*

## RESUMO

Este trabalho nasce de uma iniciativa independente de um projeto de intervenção urbana na Avenida Independência, em Porto Alegre, que visa provocar uma aproximação e uma reflexão entre aqueles que transitam pela avenida e aqueles que lá habitam. Em constantes conversas com a população em situação de rua, pode-se perceber que aquela forma de contato não era habitual, que esta população era reduzida a uma identificação esquadrinhada por parte do Estado e de uma supressão subjetiva por parte da Sociedade Civil. Este trabalho tem como objetivo situá-los na sociedade através de suas narrativas, que dão suporte para sua existência no mundo em que estão inseridos. Trabalhará com uma bibliografia que se ocupa em entender o papel da narrativa na sociedade, nas ciências e na etnografia, a fim de estabelecer um laço entre elas e a realidade social dos narradores de rua. Tem o objetivo também de trazer à tona a discussão do papel do pesquisador enquanto responsável por escrever um texto que represente a sua experiência etnográfica e a relação com seus interlocutores no campo. Na tentativa de alcançar os objetivos, utiliza-se a metodologia da alegoria etnográfica, proposta por James Clifford e explorada em Tim Ingold. Clifford Geertz, Paul Zumthor, Roland Barthes e Loïc Wacquant servem como instrumento de estudo para a escrita desta experiência.

Palavras-chave: População de rua. Narrativa. Alegoria etnográfica. Escrita.

## **ABSTRACT**

This work born from an independent initiative of a project of urban intervention in Independence Avenue in Porto Alegre, which aims to make an approach and reflection among those transiting the avenue and those who dwell there. In constant conversations with the population living on the streets, you can see that that form of contact was unusual, that this population was reduced to an identification scrutinized by the State and a subjective suppression by Civil Society. This work aims to situate them in society through their narratives, which support for its existence in the world in which they live. Work with a bibliography that is concerned with understanding the role of narrative in society, science and ethnography in order to establish a link between them and the social reality of the narrator's street. It aims also to bring up the discussion of the role of the researcher as responsible for writing a text that represents your ethnographic experience and relationship with its partners in the field. In seeking to achieve the objectives, uses the methodology of ethnographic allegory, proposed by James Clifford and explored in Tim Ingold. Clifford Geertz, Paul Zumthor, Roland Barthes and Loïc Wacquant serve as a tool to study the writing of this experience.

**Keywords:** Population street. Narrative. Allegory ethnography. Writing.



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO OU “POR QUE NÃO CONSIGO COMEÇAR MEU TCC?” ....</b>	<b>10</b>
<b>2 INDEPENDENTE DOS TEUS OLHOS .....</b>	<b>15</b>
<b>3 SOBRE NARRATIVAS .....</b>	<b>17</b>
<b>4 SOBRE A RUA.....</b>	<b>30</b>
<b>5 SOBRE A RELAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## **1 APRESENTAÇÃO OU “POR QUE NÃO CONSIGO COMEÇAR MEU TCC?”**

Não consigo introduzir este trabalho sem que eu possa despejar em palavras algumas fraquezas e vulnerabilidades. Considero-me um homem que tem dificuldades de me adequar. Tenho medo de me pôr na vida em seu intervalo de tempo. Insisto em descartar a vida que a sociedade me apresenta enquanto jovem, branco, brasileiro, de classe média, aquele que estudou em colégio particular, que (como judeu) participou da vida em comunidade, aquele que é almejado a cumprir uma vocação específica, estudar em uma Universidade que o conduzirá a uma profissão, na qual lhe dará uma estabilidade financeira para sustentar sua permanência no mundo. Este é o esboço que me foi apresentado. Este é o programa para o qual insisto em demonstrar inadequação. Diante desse oferecimento, resolvi me abster de uma resolução objetiva, concentrar-me em meus sonhos e desejos a fim de que um dia me encontrasse em algum caminho onde socialmente poderia me instalar e seguir vivendo. Demorei três anos, após finalizar o Ensino Médio, para entrar na universidade, no curso de Ciências Sociais da UFRGS.

Logo de cara, presumi que construiria uma identidade com o curso, que sua carga teórica me ajudaria na minha construção cognitiva, na maturação dos meus emaranhados e desordenados pensamentos de jovem confuso e desapontado com o mundo. Esperei e, deixando o tempo passar, fui explorando diversas correntes metodológicas tentando entender a construção do conhecimento científico através do estudo do homem e da sociedade. Contudo, ao mesmo tempo, não me foquei no que eu me encaixaria, dentro da profissão, enquanto um agente de transformação neste campo, em outras palavras, não me ative como seria minha inserção no campo profissional enquanto cientista social. Concomitantemente a entrada no curso, comecei a me dedicar à literatura.

Mergulhado em obras literárias, descobri que ali se encontrava algo que me despertava paixão. Descobri uma fonte que revolucionava minha vida e meu olhar sobre o mundo, que me fazia mudar paradigmas de existência, que me trazia frutíferos conhecimentos, que me dava base e energia na minha relação com o outro. Fui instigado a começar a escrever prosas e poesias. Formou-se uma corrente de comunicação que conectava meus pensamentos e emoções para as minhas mãos que, por sua vez, rabiscavam um papel e eram transformados em palavras. As palavras e o produto escrito eram os únicos filtros que tornavam mais

clarividentes o subjetivo de tudo que acontecia dentro de mim. Enquanto isso, na universidade, os artigos e as pesquisas não me apaixonavam da mesma forma. Os filtros pareciam ser muito mais numerosos e, por conseqüência, me distanciavam daquilo que o autor/pesquisador queria passar com o texto. Eu lia, mas lia sem paixão, arrastadamente, mesmo que o seu conteúdo me interessasse. E no momento de escrever um trabalho, a página em branco me perseguia até vésperas do prazo.

Diante desta crise da minha trajetória no curso, representada na substituição das leituras de aula pelas obras literárias - para apenas citar um exemplo concreto, resolvi solicitar trancamento e passar um ano em São Paulo (em 2012) e me redescobrir no campo artístico. Este ano foi importante, não porque me afastei da universidade, mas sim porque me fez pensar sobre ela a partir de outra perspectiva. Voltei para Porto Alegre a fim de finalizar a graduação, com a condição de resolver este enigma de existência. O que me trouxe à universidade? O que me trouxe às Ciências Sociais? Qual meu papel enquanto futuro diplomado cientista? Por que todas estas incertezas?

Para começar me dediquei ao estudo de epistemologia, sociologia do conhecimento e antropologia das ciências no intuito de analisar de que forma a Ciência justifica os elementos que a constituem e a legitimam. Estes estudos são fundamentais para questionarmos e desconstruirmos o processo científico como um todo, desde sua afirmação na sociedade até os artefatos discursivos do fazer científico. Para isso, é necessária a prerrogativa de que a Ciência não é fruto de um processo natural, não veio do nada, muito menos é uma verdade revelada e sim, um sistema ou prática desenvolvidos pela sociedade e, por conseqüência, é dotada de um método, de um discurso, e – por que não – de uma subjetividade.

Entender que a Ciência é um campo em constante disputa, na qual existem sujeitos determinados a afirmar seus discursos, saberes e métodos, a fim de obter respostas cada vez mais objetivas sobre o funcionamento do mundo, implica dizer que eu, enquanto estudante de Ciências Sociais, poderia me apropriar do campo e problematizá-lo, como qualquer cientista, desde que eu consiga me inscrever no próprio método científico. Até aí tudo bem, tenho os pré-requisitos para me alistar na batalha, mas ainda não resolve meu problema.

Para concluir a graduação, como consta nas regras, tive que escolher entre Antropologia, Sociologia e Ciência Política para situar meu trabalho de conclusão.

Optei pela Antropologia, pois era a área que mais se apropriava de um estilo narrativo de escrita. Além disso, determinadas correntes antropológicas enfatizavam o princípio epistemológico de aproximação sujeito – objeto, dando ao objeto qualidade de sujeito, situação por vezes controversa nas demais ciências sociais. A chamada “Alegoria Etnográfica” – por exemplo – proposta por James Clifford aposta na narrativa e na história contada, destituída de uma binaridade entre a descrição e a interpretação. Clifford Geertz, por sua vez, se apóia na descrição densa, no mergulho profundo da relação eu – outro. Além de muitos outros antropólogos e etnógrafos que se utilizaram dos seus diários, de suas relações, de suas sensações em campo para reforçar e dar fôlego nas suas pesquisas. Compactuo com estas linhas de pensamento, mas ainda não resolve meu problema.

Ao considerar que a antropologia é uma ciência que se dedica a explorar as subjetividades do homem em relação à sua cultura, destacando-se em sua metodologia etnográfica de inserção no campo, ainda se enraíza firme em chão científico. Na dura tarefa de estudar intersubjetivamente o Homem, resta a dura tarefa de dar-lhe concretude em um trabalho científico, objetivá-lo a fim de um melhor enquadramento metodológico. Nesse processo de transição da experiência à tese, há de considerar que alguns elementos de suma importância ficam pra trás. Ao estudar narrativas de civilizações apagadas do processo histórico civilizatório do nosso ocidente, me pergunto se a antropologia deve ser submetida a encaixar-se em um sistema de neutralidade que outrora a expurgou (e continua em eterna disputa). Não seria tão adequado quanto questionar a epistemologia das ciências na qual a antropologia se encontra submetida? Não nos tornamos cúmplices da neutralidade colonizadora ao assumir que as narrativas, as memórias, a subjetividade, a própria intersubjetividade, a afetividade, a sensibilidade e a ficção não dizem por si só sem antes terem sido filtradas pelo laboratório de conceitos e interpretações produzidos pelos próprios cientistas? Não estamos de uma certa maneira produzindo um calamento ou um silenciamento de um saber alheio ao nosso? Não estamos, dessa maneira, rompendo com a intersubjetividade? Estas perguntas ainda se encontram no ar, eu seria deveras pretensioso afirmá-las em tons acusatórios. Mas acho que estou chegando perto do meu ponto de partida.

O curso de bacharelado em Ciências Sociais possui oito semestres, 86 créditos obrigatórios, 52 eletivos. Uma embriaguês de sala de aula. Poucas atividades de extensão, poucos estágios remunerados abertos. Nossas experiências

de campo nas disciplinas não nos creditam, são extraclases. Vivemos cotidianamente nos mesmos quadrados. Nosso saber é concentrado nos textos e aulas dentro de uma sala, com todas as relações de poder lá implicadas. Não que seja contra sua existência, mas a concentração única de saber inserida nela. Em muitos momentos, pensei que na Universidade eu estava deslocado e o que eu queria fazer não se enquadrava no fazer científico. Pensei que talvez meu lugar fosse outro, nas artes ou na literatura. Hoje eu digo que estava parcialmente errado. Antes de finalizar a graduação, quero me propor e propor pra própria academia um desafio. O desafio da interdisciplinaridade. Quero investigar o que a ciência tem de ficção e o que a ficção tem de ciência. Quero tornar os fragmentos - aquilo que é deixado para trás nas narrativas, nas memórias, nos diários, nas relações afetivas – uma potência transformadora da construção do saber. O que o fragmento produz? O que fazer com o que não serve mais? Como de um sutil vestígio se produz um discurso, uma vida, uma evidência? E como manter fiel a linguagem do sujeito de encontro a outro?

Quero desafiar a forma discursiva do fazer científico. Raras vezes lemos sobre a subversão da linguagem e nenhuma vez lemos sobre subversão da linguagem de outra forma que não em textos padrões de linguagem científica. Certa feita, em uma disciplina de “Indústria Cultural e Cultura Popular”, desafiei o professor propondo que meu trabalho final fosse um conto literário. Um conto que, de alguma forma representasse o conteúdo dos textos e das aulas da disciplina. Meu objetivo era afirmar a hipótese de que poderia construir conhecimento através de uma diferente linguagem. Paralelo a isso, nas entrelinhas, afirmar que podemos encontrar em obras literárias um rico material de pesquisa. Não há porque consumir que a ficção é pouco explorada na Academia. Digo isso porque a binaridade realidade – ficção (bem como verdade – mentira) é uma categoria a ser superada. Um texto de um etnógrafo que pontua sua experiência em uma tribo a partir das narrativas de seus “informantes” (na falta de uma palavra melhor) através de rituais que fogem à sua cosmologia, é realidade ou ficção? Um arqueólogo que reconstitui civilizações perdidas através de objetos datados, é realidade ou ficção? Uma obra literária, por exemplo, *Por quem os Sinos Dobram* de Ernest Hemingway, que contextualiza uma situação da guerra civil espanhola, descrevendo um espaço geográfico e a relação de seus personagens, nos diz algo sobre a realidade deste fato histórico, ou apenas é uma ficção? E se é uma ficção, é uma mentira? Já diria o poeta Manoel de Barros,

“só 10 por cento é mentira, o resto é invenção”, tudo que não é invenção é mentira. Por isso, mais uma vez, acho que a Academia produz ficção. A diferença é que evita aprofundá-la e a coloca em um espaço deslocado, algumas vezes antagônico, na produção da verdade científica. Produz uma dicotomia que (como muitas dicotomias) empobrece a potência do saber. Pensemos em uma imersão a campo e tudo que a envolve: a dificuldade do antropólogo nesse mergulho, possíveis enfermidades pelo caminho, saudade de casa, solavancos do encontro com o diferente, recepção no campo por parte dos pesquisados, estratégias de aproximação deste outro universo, diálogo interceptado pelos diferentes idiomas, laço afetivo construído que possibilitou a comunicação, diários, diários e mais diários... E por fim uma análise do pesquisador seguindo um método científico e uma teoria pré-estabelecida e a produção de um texto cuja linguagem filtra aspectos considerados subjetivos demais. Os diários e as entrevistas transcritas se quedam nos apêndices, quando não são suprimidos. O produto final é esterilizado. Um produto que muitas vezes não retorna à população estudada, tão distante é a linguagem que se aplica. Um produto que têm sua relevância em resoluções políticas, laudos e documentos que comprovam legitimidade a uma população carente, mas marca uma dependência de uma intermediação técnica desta cultura com a sociedade dominante. Será que esta cultura não teria condições de provar e legitimar sua existência sem carecer de um cientista adequando sua cosmologia aos padrões socialmente aceitos?

Recordo-me quando estava no primeiro ano da graduação e perguntei a um professor por que as populações ditas primitivas não têm interesse em fazer antropologia a fim de entender melhor sua cultura e sua realidade, como nós muitas vezes justificamos nossos estudos? Não sei se hoje, passados cinco anos, tenho uma resposta. Mas sigo curioso em aprender com o outro, sem fins exclusivamente científicos, para continuar dando sentido a minha vida, uma vida que continua desencaixada de um sistema, uma vida que pertence a uma cultura tradicionalmente distante do presente e por isso insegura de suas próprias conquistas e construções. E é através destes paradoxos da vida, que torna difícil iniciar este trabalho de conclusão com a enorme responsabilidade de manter viva a disputa que inflama as Ciências Humanas para além do texto e para além de minha experiência.

## 2 INDEPENDENTE DOS TEUS OLHOS

Pelas calçadas da Rua Independência, região central de Porto Alegre, transitam centenas de pessoas por dia. Dentre essas pessoas se dividem aqueles que voltam para suas casas no fim do dia e aqueles outros que tem a rua como sua casa. Muito embora esses dois grupos de pessoas compartilhem do mesmo espaço diariamente, a condição que os une, a rua, os separa radicalmente, obrigando-os a viver em mundos distintos. Os que voltam para casa devem evitar a palavra, o toque e até mesmo o olhar. A presença do outro da rua não se coloca apenas como inoportuna, mas exige o esforço da abstração. De suprimir o outro até que este não exista enquanto sujeito, de objetivar sua condição até a totalidade do seu ser. Não bastassem os problemas materiais da vida na rua, como o frio, a violência, a fome, o povo da rua é condenado ao ostracismo, a não poder ser nada mais do que pedinte ou coitado.

Para além dos transeuntes, carros e arranha-céus, um novo elemento se coloca massivamente na paisagem da independência. Em harmonia com o cinza da cidade surgem os *containers* de lixo orgânico, como parte do novo sistema de coleta automatizada de lixo da cidade porto alegre. A coleta automatizada do lixo orgânico começou a ser implementada na capital em 2011 e pressupõe a separação do lixo orgânico do seco nas residências, antes do depósito nos *containers*. O lixo seco é recolhido paralelamente por cooperativas *credenciadas* pela prefeitura. O que acontece na prática, porém, é a mistura recorrente dos dois tipos de lixo, o que torna os *containers* de lixo orgânico fontes de sustento de recicladores independentes. Esses recicladores entram nos *containers* e recolhem aquilo que os é de interesse. Uma vez que grande parte da população de rua se sustenta também através da reciclagem de lixo, porém não está vinculado a nenhuma cooperativa, se estabelece uma relação de trabalho entre esses *containers* e as pessoas que moram na rua.

Partindo por uma questão inicial básica a cerca da vida desses vizinhos desconhecidos (que moram na marquise dos nossos prédios e, no entanto, não sabemos seus nomes, não conhecemos sua voz, sua vida e seus pensamentos) aliada a uma insatisfação a presença bruta desses gigantes cinzas engolidores de lixo na paisagem da cidade, iniciamos o projeto “Independente dos teus olhos”. Com o intuito de provocar uma aproximação (ou reflexão) entre aqueles que passam pela independência e aqueles que vivem na independência, elaboramos o projeto de uma

intervenção urbana. A partir das falas dos moradores e de seus olhares, criamos narrativas visuais, onde o texto de suas trajetórias compõe em sua totalidade a figura dos seus olhos. De modo que de longe se percebe apenas os olhos e conforme o espectador se aproxima verifica que se trata de um texto. A proposta se baseia em colar essas imagens nos *containers* de lixo, atribuindo-os uma nova utilidade. Espera-se que a ruptura na paisagem cotidiana desperte a curiosidade dos que passam e os convide a se aproximarem. A opção por uma fonte de texto relativamente pequena faz referência às vozes desses personagens urbanos, de modo que só é possível ir além dos olhares estando disposto a uma aproximação. O texto não trás uma narrativa linear e coerente, causa ou proposta, mas, simplesmente as falas dessas pessoas de modo a fugir das pautas clássicas de categorização desses indivíduos dando lugar a complexidade e heterogeneidade de seus seres. Coletamos os relatos através de sucessivas conversas e idas a campo onde, descontraidamente, dávamos o espaço da fala para o outro e deixávamos as palavras flutuarem. Depois do término do processo pretendemos organizar um evento junto dos nossos interlocutores em alguma praça da Rua Independência, onde exibiremos o resultado do nosso trabalho em vídeo. O retorno à população de rua é uma forma de mostrar que o trabalho não pertence apenas à equipe de produção, como também é deles, protagonistas das histórias e das interações. O evento programado é para marcar que não nos colocamos como assistencialistas da inter-relação entre eles e a sociedade. O trabalho é tanto deles quanto nosso e, juntos, somos prova da possibilidade de um convívio sincero, singelo e frutífero.



### 3 SOBRE NARRATIVAS

“Eu posso falar pra vocês, mas eu não sei se vocês vão entender, né. As danças, o folclore. Pezinho, balaio, tatu novo, tatu de volta e meia, tirana do lenço, dança do facão, chula, malambo...” (CARLOS, 2014, informação verbal)

Moradores de rua são narradores. Fiz essa descoberta nas primeiras idas a campo. Essa constatação me levou a uma série de perguntas: por que narram? O que exatamente narram? Qual a importância dessa atividade para eles? Qual seu lugar numa pesquisa antropológica (ou de ciências sociais)? A partir de qual aparato teórico tratá-lo? A antropologia linguística é pouco estudada no Brasil. Um dos pioneiros, Sapir (1961), escreveu:

Há um fato que logo nos impressiona como interessante no processo da fala: de um lado, é difícil analisá-lo; de outro lado, é ele que em grande parte nos guia na nossa experiência efetiva. Será talvez uma espécie de paradoxo; mas tanto o indivíduo ingênuo como o mais sagaz dos cientistas sabem muito bem que não reagimos às sugestões do ambiente apenas de acordo com o nosso conhecimento específico. Há espíritos mais intuitivos que outros, é certo; mas ninguém deixa de ser inteiramente incapaz de colher impressões sobre a maneira por que os outros falam e de guiar-se por elas na exploração intuitiva da personalidade. Diz-se que quando um homem fala é porque deseja comunicar qualquer coisa. Evidentemente não é bem assim. Em regra ele pretende, com efeito, transmitir qualquer coisa, mas o que realmente comunica pode ser sensivelmente diferente do que se dispôs a dizer. Não raro formamos um juízo do que ele é pelo que ele não diz, e é prova de bom senso não nos deixarmos limitar em nosso juízo pelo conteúdo explícito da fala. É preciso ler nas entrelinhas, mesmo quando não são as de uma folha de papel escrito. (SAPIR, 1961, p. 63).

Procurei, como primeira orientação, as entrelinhas, tanto da narrativa, quanto das minhas próprias reflexões.

A análise de ou sobre alguns escritores parecia esclarecer e se encaixar em vários aspectos da minha preocupação. Piglia (2006) ao analisar as obras de Kafka, afirma que:

A escrita é um resumo da vida, condensa a experiência e a torna possível. Por isso Kafka escreve um diário: para ler novamente as conexões que não viu ao viver [...]. Só entende o que viveu, ou o que

está por viver, quando está escrito. Narrar não serve pra recordar, mas para tornar visível. Para tornar visíveis as *conexões*, os gestos, os lugares, a disposição dos corpos. (PIGLIA, 2006, p. 51).

Neste caso, a narrativa oral assemelha-se com a escrita, pois o que interessa é a possibilidade de transmutar em palavras aquilo que se viveu e conseguiu, através da narração, compreender uma ação não-refletida, um “nexo invisível entre os fatos” (PIGLIA, 2006, p. 52). A análise de Piglia sobre Kafka revela bastante semelhança à necessidade de narrar do morador de rua. Mesmo que Kafka construa um processo – o que faz dele um ícone da história da literatura – racional onde, primeiramente estabelece uma conexão enigmática para depois encontrar um sentido, parte do pressuposto de que o nexo entre a escrita e a vida não pertence à categoria do autobiográfico. A narrativa não tem como fim somente uma autobiografia, mas também uma necessidade de re-significar o passado. Um morador de rua recorre à narração, pois é tomado por uma necessidade de re-significar os elementos de sua história, no momento em que a pergunta “por que eu vim parar aqui?” o persegue a todo instante. Piglia (2006) diz que “esse procedimento de relacionar ‘por caminhos tortuosos’ o vivido com o escrito, de perceber fragmentos cifrados de realidade nos textos, é uma das chaves do efeito Kafka” (PIGLIA, 2006, p. 50).

A narrativa, bem como a escrita e, em alguns casos, a literatura, são mecanismos de memória. Não a memória em si, mas um método de conjugar essas informações de modo que atribua um sentido no presente. Por isso, é um exercício reflexivo que orienta o sujeito para a cognição dos seus pensamentos de acordo com a realidade em que se insere. Segundo Piglia (2006):

A literatura dá forma à experiência vivida, constrói-a como tal e a antecipa. [...] Trata-se de relacionar os acontecimentos (representados e externos) da narração, de *suscitar* o que está do outro lado, de estabelecer a conexão entre as coisas invisíveis. (PIGLIA, 2006, p. 51).

O receptor desta narrativa (de forma oral ou enquanto leitor) possui o privilégio de absorver um conteúdo difícil de encontrar em documentos históricos ou indicadores quantitativos, pois lá só se suscitam informações generalizadas e visíveis da sociedade, enquanto que nas narrativas encontra-se um relato fidedigno de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, em sua relação com o mundo. Confronta-se aqui uma disputa de legitimidade entre testemunhos de uma vida, onde de um

lado encontra-se uma sociedade que domina o registro escrito e um grupo de pessoas capazes de organizar sua identidade através do recurso oral e mnemônico. Quem produz uma narrativa dá forma àquilo que está escondido e invisível dentro de si para que seus próprios olhos consigam observar e quem a recebe está passível de se colocar no lugar destes olhos. “Quem lê o relato é o protagonista da narração” (PIGLIA, 2006, p. 52). Seja o próprio narrador, seja quem a recebe. Moradores de rua são narradores no sentido em que dependem de suas narrativas. Em muitos casos, são elas os únicos artefatos para provarem sua existência aos demais, diante de uma sociedade que os colocam constantemente como réus por um juízo de inclassificados. Enquanto uns tem comprovante de residência, imposto de renda, cadastro de pessoa física, sobrenome, título de eleitor; moradores de rua têm suas narrativas. Delas se alimentam, delas se sustentam. Kafka resolve seus enigmas recorrendo a suas narrativas, reconstruindo-as solitário em suas cavernas labirínticas, inventando seus personagens, seus receptores. Os moradores vagam pelas ruas atrás dos seus olhos receptores, clamam por visibilidade, para dar nexos a suas próprias vidas.

Todos os escritores são cegos – em sentido alegórico a la Kafka -, não conseguem ver seus manuscritos. Têm necessidade do olhar de um outro. Uma mulher amada que leia a partir de outro lugar, mas com seus próprios olhos. Não é possível ler os próprios textos se não for sob os olhos de outrem. (PIGLIA, 2006, p. 68).

A análise de Gilles Deleuze sobre narrativas revela também um aspecto importante que podemos aplicar ao morador de rua. Em sua obra “Conversações” explora o que ele chama de **intercessores**, uma forma de colocar em série elementos que são aparentemente distantes e bifurcados. Precisamos dos intercessores para percutir, por em relação de troca dois ou mais campos ressonantes. Deleuze (1992) ilustra sua teoria colocando em discussão a relação entre as artes, a ciência e a filosofia.

Não há nenhum privilégio de uma destas disciplinas em relação à outra. Cada uma delas é criadora. O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia, criar conceitos. A partir daí, se nos damos essas grandes rubricas, por mais sumárias que sejam – função, agregado, conceito – podemos formular a questão dos ecos e das ressonâncias entre elas. Como é possível, sobre linhas

completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem? (DELEUZE, 1992, p. 154).

Responde ele mesmo:

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim. (DELEUZE, 2006, p. 156).

A narrativa se mostra como um intercessor, pois coloca em série um emaranhado de desejos, memórias e fragmentos ressonantes. Para um morador de rua, observador da vida cotidiana dos passantes, tende a buscar intercessores que os aproximem da sociedade, que diminuam essa disritmia entre eles e os outros. A narrativa, para eles, é um resgate àquele passado quando faziam parte dela e um alinhamento, uma harmonia, uma série com a vida na rua. Acabam dando novas formas de coexistência, de transformação. A tarefa faz-se necessário quando se é uma parcela excludente da sociedade. Precisam dos porquês, dos *comos*, entender os discursos que lhes impõem sobre si mesmos.

Pegar as pessoas em flagrante delito de fabular é captar o movimento de constituição de um povo. [...] Não existe povo que não se constitua assim. Então, às ficções pré-estabelecidas que remetem sempre ao discurso do colonizador, trata-se de opor o discurso de minoria, que se faz com intercessores” (DELEUZE, 1992, p. 157).

A narrativa, portanto, é uma forma de resistência, e dá ao morador de rua o título de narrador, de fabulador, de criador. De acordo com Deleuze (1992):

Se um criador não é agarrado pelo pescoço por um conjunto de impossibilidades, não é um criador. Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível. Como McEnroe, é dando cabeçadas que se acha. É preciso lixar a parede, pois sem um conjunto de impossibilidades não se terá essa linha de fuga, essa saída que constitui a criação, essa potência do falso que constitui a verdade. É preciso escrever líquido ou gasoso, justamente porque a percepção e a opinião ordinárias são sólidas,

geométricas. É o que Bergson fazia na filosofia, Virgínia Woolf ou James no romance, Renoir no cinema... (DELEUZE, 1992, p. 167).

Enquanto existir um regime de verdade e não for condizente com a vida de um morador de rua, ele então é um criador. Cria se utilizando de um intercessor: a narrativa. Resgata suas memórias e re-significa, atribui sentido, coloca em série e constitui um povo.

Na obra “Crítica e Clínica”, no primeiro capítulo intitulado “A Literatura e a vida”, Deleuze (1997) introduz a idéia do **Devir**, diz ele:

Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se de *uma* mulher, de *um* animal ou de *uma* molécula: não imprecisos nem gerais, mas imprevistos, não-preexistentes, tanto menos determinados numa forma quanto se singularizam numa população. (DELEUZE, 1997, p. 11).

Para ele “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (DELEUZE, 1997, p. 11). Como podemos observar, a narrativa não cumpre o papel de reprodutora fiel de um fato isolado, ou de uma lembrança isolada, já que não é um produto, e sim um processo de re-significação constante em tempo presente, sempre resgatável, sempre intercalada por diversas relações, transcendendo uma única vida. Pode-se dizer que a narrativa é uma ficção e isso não desqualificaria ela enquanto verdade. Ela é um devir, como a escrita, como a literatura. Está em vias de fazer-se e se localizam além do vivido e do vivível. Diz Deleuze:

“Escrever não é contar as próprias lembranças, suas viagens, seus amores e lutos, sonhos e fantasmas. Pecar por excesso de realidade ou de imaginação é a mesma coisa: em ambos os casos é o eterno papai-mamãe, estrutura edipiana que se projeta no real ou se introjeta no imaginário.” (DELEUZE, 1997, p. 13).

Não vem ao caso, no momento, o que ele quis dizer quanto à estrutura edipiana, o que convém é tornar lúcido o papel destes devires na construção da realidade. É no narrar e no escrever que se encontra uma potência de significar o mundo sob os olhos de quem o protagoniza. Por isso é indispensável, para quem

atribui a verdade a algo não-preexistente, a ser descoberto, mas que deve ser criada em cada domínio, se atenha com relevância à narrativa.

Uma narrativa provoca uma representatividade não generalizante, mas sim **singularizante**. É dar a luz uma personagem que se insere nas intersecções do mundo, dar corpo ao que antes não passava de um conjunto borrado de movimentos. É a fronteira necessária do que é o discernível e o excepcional. A literatura e suas personagens são construídas da mesma maneira. Deleuze (1997) diz que a literatura:

[...] só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau... As duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu (o 'neutro' de Blanchot). Por certo, os personagens literários estão perfeitamente individuados, e não são imprecisos nem gerais; mas todos os seus traços individuais os elevam a uma visão que os arrasta num indefinido como um devir potente demais para eles... (DELEUZE, 1997, p. 13).

A narrativa, para Marcos, Jéferson, Ezequiel e outros moradores de rua ouvidos no processo deste trabalho, é a resistência para que suas singularidades sejam devidamente asseguradas ao mesmo tempo em que é a sanidade da consciência de que suas vidas são partilhadas e partilháveis. “Embora remeta sempre a agentes singulares, a literatura é agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE, 1997, p. 15).

Seguem algumas das falas enunciativas dos narradores de rua:

Eu saí na década de 70, mas voltei a morar na década de 80, entendeu? Daí depois na década de 80, aí até esses anos aí, 70 não, 80, 90... é fui indo, foi, morei tempos. Daí depois saí fora de novo. A minha coroa era do, era... como é que se diz?, Era... a minha coroa era... eu tenho vergonha de dizer. Mulher da vida. Era mulher da vida, vivia indo pro Rio de Janeiro, São Paulo, meu coroa era brigadiano, era da brigada, entendeu como é que é? Aí ela ia na Brigada atormentar meu coroa, fazer o coroa se incomodar, pra fazer o coroa sair da brigada, sei lá, qualquer coisa, aí o coroa, por causa dela, foi expulso da Brigada, que discutiu com o tenente. Aí sobra pra mim, né? Quem rolou, fui eu. E antigamente, aquele tempo, a lei era mais rígida. Não estavam nem aí com menor ou não. Menos hoje tem vez, deuzulivre! Aquele tempo não. Cobrador de ônibus descia com menor a chute, dava pontapé, motorista dava empurrão. Tu não vai embarcar aqui sem... Tu tem nove anos? Que tu tem oito? Paga a

assagem, desce. E o menor as vezes até chorando. Aquelas estrada de chão sabe?” (DANIEL, 2014, informação verbal)

É muito difícil, e que nem tipo assim, eu tá com ele ali [se refere ao rapaz que a acompanhava], e confio nele, ele está me cuidando e eu tô cuidando dele. Mas assim nunca tem uma confiança, assim segura, de tu tá segura que nem tu tá dentro duma casa, tá com aquela pessoa assim que tu curte e que tu gosta, totalmente diferente. Eu fui casada 6 anos, mas eu só apanhava, ele só me judiava, ele parava mais na rua do que dentro de casa, então é uma coisa bem estranha, bem esquisita, é bem horrível, é uma coisa assim que tu não, tu vai perdendo o amor pela tua vida, de ficar ali naquela mesma rotina, sempre, tu sabendo que vai chegar 6 horas da tarde tu vai ta ali, ele vai ta ali, vai chegar var te surrar, ou ele vai... vai te usar para usar uma droga, ou vai fazer isso ou vai fazer aquilo. É bem esquisito, é bem horrível. Mas tudo muda né, um dia tudo passa, que nem agora eu tô conseguindo dar a volta por cima, eu tô parando de usar a droga. (HEMELIN, 2014, informação verbal)

Então, eu deixei tudo lá, né. Casa montada, do bom e do melhor, do bom e do melhor, entendeu? Mobiliada, construí uma firma junto com a minha mulher, né. E eu não, como se diz? Eu não me sinto derrotado, entendeu? Eu me sinto oprimido, entendeu? Porque não deu mais certo entre eu e minha mulher. A mulher não quis mais e eu não quis botar ao contrário a coisa. Não deu, não deu. Paciência então. Aí eu peguei e larguei. Larguei. Peguei minha roupa do corpo minha sacolinha e o resto ficou tudo pra eles. (CARLOS, 2014, informação verbal)

Talvez não seja mesmo o caso de analisar, mas apontar características com o resto do texto é importante. Eu destacaria que é uma narrativa sempre grandiosa, descreve uma saga, ao mesmo tempo que um tempo e uma verdade perene.

Enquanto o morador de rua for destituído da possibilidade de exercer sua habilidade de narrar, extrair, justificar, compreender uma ação não-refletida, dar nexos, colocar em série, atribuir sentido, dentre outras já supracitadas relevâncias de uma narrativa, é possível que este sujeito seja conduzido a uma linha de fuga da qual o afaste da dor da solidão, que pode ser a dependência química, a loucura, a violência, etc. Diz Deleuze (1997):

Não se escreve com as próprias neuroses. A neurose, a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido, impedido, colmatado. A doença não é processo, mas parada do processo, como no ‘caso Nietzsche’. Por isso o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo... A literatura aparece, então, como um empreendimento de saúde: não que o escritor tenha forçosamente uma saúde de ferro [...] mas ele goza de uma frágil saúde irresistível, que provem do fato de ter visto e ouvido coisas

demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis, cuja passagem o esgota, dando-lhe contudo devires que uma gorda saúde dominante tornaria impossíveis.” (DELEUZE, 1997, p. 14).

Antes que uma autoridade diagnostique a condição de rua como uma doença sem cura, ou um crime inafiançável, deve-se ater de que a situação de rua e suas narrativas podem ser anticorpos de uma sociedade doente e criminosa.

A literatura é delírio e, a esse título, seu destino se decide entre dois pólos de delírio. O delírio é uma doença, a doença por excelência a cada vez que erige uma raça pretensamente pura e dominante. Mas ele é a medida da saúde quando invoca essa raça bastarda oprimida que não para de agitar-se sob as dominações, de resistir a tudo o que esmaga e aprisiona e de, como processo, abrir um sulco para si na literatura. (DELEUZE, 1997, p. 15).

Pode-se concluir que Deleuze colocaria fim último da narrativa – como da literatura - “pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida” (DELEUZE, 1997, p. 16).

Walter Benjamin, filósofo e sociólogo, é bibliografia fundamental para discutir o papel da narrativa na sociedade. Em sua obra “Magia e técnica, arte e política”, dedica um capítulo ao livro de Proust:

“Em busca do tempo perdido”, uma síntese, segundo Benjamin, impossível, pois reúne “a absorção do místico, a arte do prosador, a verve do autor satírico, o saber do erudito e a concentração do monomaniaco [que] se condensam numa obra autobiográfica. (BENJAMIN, 2012, pg 36).

Seu interesse era desdobrar as relações de uma vida como ela de fato foi com uma vida lembrada por quem a viveu, tendo a segunda como mote da obra de Proust. Benjamin fala que: “[...] um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2012, p. 37). A narrativa de uma ação transcende a ação, pois parte de uma reminiscência reconfigurada que eternamente pode ser reconfigurada, portanto infinita. Portanto, desde que ela seja capaz de existir, pouco importa se o seu receptor tenha atributos de intimidade com o narrador. Diz Benjamin:



Nem sempre proclamamos em voz alta o que temos de mais importante a dizer. E, mesmo em voz baixa, não o confiamos sempre à pessoa mais familiar, mais próxima e mais disposta a ouvir a confidência. Não somente as pessoas, mas também as épocas, têm essa maneira inocente, ou antes, astuciosa e frívola, de comunicar seu segredo mais íntimo ao primeiro desconhecido. (BENJAMIN, 2012, p. 40).

Este comportamento é recorrente em um morador de rua. A urgência de narrar vem acima da preocupação de para quem está narrando. Afinal de contas, é a si mesmo para quem está narrando. O receptor é um reflexo do seu próprio eu, mais do que isso, é a possibilidade de se encontrar em um outro corpo. A transmutação do eu em um outro corpo é o que dá vida a narrativa. E a capacidade de citar o passado em cada um dos seus momentos, característica dos moradores de rua, é a consciência da importância de seu resgate para si mesmo e para o mundo. Confirma Benjamin (2012):

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final” (BENJAMIN, 2012, p. 223).

Walter Benjamin põe em combate o Historicismo e o Materialismo Histórico colocando o segundo como referência para a valorização da narrativa, enquanto que o primeiro tende a suprimí-la.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. ‘A verdade nunca nos escapará’ – essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela. (BENJAMIN, 2012, p. 224).

Na antropologia, Jack Goody, pensador inglês contemporâneo, pesquisou o mito, a oralidade e a capacidade de ler e escrever, temas que vem sido uma pedra de toque no pensamento antropológico há muito tempo. É importante destacar que o morador de rua, com raras exceções, se apropria de uma literatura oral para

desenvolver suas narrativas, mas ao mesmo tempo não vivem isoladamente de uma sociedade tradicionalmente letrada, como tribos africanas. É importante salientar a diferença entre a literatura oral e a literatura escrita, como também a singularidade de uma cultura oral meio a um contexto de uma sociedade que apropria-se da literatura escrita. Goody (2012), além de um vasto estudo para apontar suas características em sua obra “O mito, o ritual e o oral”, destaca esta diferença no que concerne a autoria:

Nas culturas orais a memória da autoria, embora nunca totalmente ausente, é de pouca importância geral – ocasionalmente no caso de canções, mas não com mitos ou contos populares e raramente com epopéias (embora essas sejam características das primeiras culturas letradas). Isso não é dizer que esses gêneros não passem a ser objetos de direitos de propriedade intelectual. Canções podem ser associadas com clãs específicos, recitações com associações específicas [...]. Mas normalmente o autor individual não é pesquisado. Essa ausência, no entanto, não implica a existência de um processo de composição coletiva. Cada recitador irá introduzir variações próprias, algumas das quais serão adotadas por oradores subseqüentes para quem a versão anterior terá servido de modelo ou de um modelo. Dessa forma, mudanças vão sendo introduzidas constantemente por uma cadeia de indivíduos, mas de maneira autônoma, sem que olhem para trás para algum original estabelecido. Só com escritos e recitações orais em sociedades literárias, como é o caso de Homero ou dos Vedas, é possível referir a transmissão oral a um original, parcialmente porque a escrita introduz uma nova dimensão à memória verbal e parcialmente porque é sempre possível referir-se a uma versão ‘correta’. Como resultado, parece ter sido nessas primeiras sociedades literárias que foi encontrado, pela primeira vez, um forte desenvolvimento de técnicas mnemônicas e artifícios para auxiliar a memória; essas formas de auxílio à memória estão principalmente conectadas com a escrita, com a ‘fala visível’. Em culturas puramente orais, a recriação normalmente substitui a preocupação com a memória precisa. (GOODY, 2012, p. 47).

A recriação é uma ferramenta narrativa encontrada nos moradores de rua. Sendo um narrador de si próprio, a noção de autoria não faz sentido, mas uma resignificação constante acerca de sua própria vida o aproxima mais de uma literatura oral, mesmo que ela não subsista para além da sua morte. Sem a escrita, o narrador de rua não recorre a uma memória verbal, mas sim a uma narrativa já expressa por si onde a versão “correta” é a última recriada. Para uma sociedade acostumada em legitimar a literatura escrita, o testemunho de um morador de rua é julgado vazio de conteúdo, pois não possui nenhum registro ou referência original que prove sua

autenticidade. O narrador é calado de sua principal atributo constantemente, necessitando reconstituir suas palavras e gestos até que consiga um público que o escute. A respeito disso, Goody (2012) explica que:

Embora esses gêneros nem sempre recebam necessariamente designações separadas nas linguagens locais, na prática acadêmica eles são distinguidos em virtude das diferenças em sua forma, em seu conteúdo e em sua função, diferenças que são em parte associadas às diferenças de seu público. [...] Em qualquer literatura é importante considerar não somente o orador, mas também o público e o contexto situacional. [...] Essas diferenças significam que tentar incorporar todos esses gêneros em uma análise holística de uma cultura, de um simbolismo ou de um mito significa misturar níveis de comunicação que são direcionados para públicos diferentes. (GOODY, 2012, p. 48).

A responsabilidade de situar o público e o contexto é fundamental para dar sentido à narrativa. O cuidado de como se colocar diante uma pessoa que conta uma história não é menos importante. É fácil julgar falso um discurso quando quem o ouve desconsidera sua posição de influência e já espera respostas universais de fontes carregadas do que considera uma verdade. Goody fala que:

Uma vez mais, tentativas de explicar “racionalmente” e “historicamente” (mas especulativamente) os conteúdos da literatura oral levaram a pesquisa por caminhos errôneos. Como no caso da literatura oral em geral, é essencial considerar o contexto da apresentação e da transmissão. Seu caráter imaginativo e ficcional precisa ser introduzido no contexto de uma maneira mais séria, inclusive a atuação recíproca entre homem e deuses. (GOODY, pg 57).

Em contrapartida, na tentativa de desmerecer a literatura oral, por carecer de evidências mais duras e polidas da representação da realidade, a oralidade se fortalece em posição de resistência, como conclui Goody (2012):

Em conclusão, embora o refinamento e até mesmo a existência da escrita tenham feito algo para diminuir a importância da tradição oral, ela também às vezes encorajou a oralidade (lecto-oral) no contexto de uma tradição escrita ao continuar a ver o conhecimento ‘real’ como um conhecimento que, embora originalmente escrito, precisa ser reproduzido oralmente se requisitado. Isso é especialmente verdadeiro no caso do conhecimento religioso, mas inclui também o conhecimento secular no contexto da educação escolar e universitária. Além disso, precisamos lembrar que ler em voz alta era até há bastante pouco tempo a forma mais comum de leitura. Mesmo

para nossa própria edificação ou diversão o texto era transformado em comunicação oral (lecto-oral). Portanto, em retrospecto, a escrita e os refinamentos dos textos nem sempre levaram ao declínio da oralidade; a alfabetização, poderia ser dito, fez com que as pessoas se tornassem quase mais verbais. (GOODY, 2012, p. 149).

Ainda há uma especificidade de discurso de um morador de rua que vale um destaque nesse estudo. Seus testemunhos orais, sua narrativa, dão forma a elementos que muitos antropólogos buscam ao escrever suas etnografias. Autores como Clifford Geertz e Tim Ingold estudam formas de alcançar uma riqueza metodológica propondo uma escrita etnográfica que abraça o envolvimento em campo mais enunciativo, mais corporificado, convencendo sua presença ao leitor não apenas com descrições neutras, mas sim que acionem dispositivos de imaginação. Geertz (2009) fala em “Obras e Vidas”:

Os etnógrafos precisam convencer-nos [...] não apenas de que eles mesmos realmente ‘estiveram lá’, mas ainda (como também fazem, se bem que de modo menos óbvio) de que, se houvéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram. (GEERTZ, 2009, p. 29).

Ora, não seria o morador de rua um tipo de etnógrafo oral? Suas histórias elucidativas, descritivas, detalhadas, performatizadas, podem dizer muito da sociedade, mais do que muitos outros registros. Podem convencer muito mais do que terceiros. Geertz (2009) explica que:

Afirmar [...] que escrever etnografia implica contar histórias, criar imagens, conceber simbolismos e desfiar figuras de linguagem, encontra comumente uma resistência, amiúde feroz, em virtude de uma confusão, que é endêmica no Ocidente pelo menos desde Platão, do imaginado contra o imaginário, do ficcional com o falso, da compreensão de coisas com a função delas. A estranha idéia de que a realidade tem uma linguagem em que prefere ser descrita, de que sua própria natureza exige que falemos dela sem espalhafato – pau é pau, pedra é pedra, rosa é rosa -, sob pena de ilusão, invencionice e auto-enfeitamento, leva a idéia ainda mais estranha de que, perdido o literalismo, também a realidade se perderá. (GEERTZ, 2009, p. 183).

Em “Cultura, Percepção e Ambiente – Diálogos com Tim Ingold”, Carlos Alberto Steil e Isabel Cristina de Moura Carvalho (2012) avaliam o autor em sua proposição epistemológica:

Mais do que nos pensar como observadores de um mundo de objetos fixos, devemos nos imaginar como participantes imersos com a totalidade de nosso ser nos cursos de um mundo em criação. Participação não é o oposto da observação, mas a condição para isto, assim como a luz é condição para ver, o som para ouvir e o tato para sentir. Ao observador não está dado perceber coisas diferentes, mas perceber as mesmas coisas diferentemente. O mundo que nos é dado observar é um mundo em movimento, num contínuo devir. O observador não olha a partir de um corpo que se situa como uma totalidade independente em relação aos fluxos de luz, sons e texturas do ambiente, mas, ao contrário, ele é atravessado por estes fluxos, nos quais lhe é dada a possibilidade de descrever e compreender o mundo.” (STEIL; CARVALHO, 2012, p. 45).

O ambiente do narrador de rua é a rua, e é dela que extrai seus relatos, e é nela onde narra. É nela que percebe as mesmas coisas diferentemente. A rua é sua totalidade, mesmo que não queira. Para um curioso instigado em saber como se dá a vida na rua, nada mais pertinente do que ouvir os narradores de rua.

Diversos autores reuniram um material que discute o papel da narrativa enquanto forma de organizar as memórias – tão digressivas e conflituosas - do sujeito. Organizar não significa necessariamente colocá-las em perspectiva cronológica (embora seja um recurso) e em relações de causa e efeito, mas sim atribuir um sentido a elas que alivie da dor da vida desordenada. A condição existencial de um morador de rua muitas vezes carece de se apoiar em suas próprias narrativas, pois são elas que harmonizam sua individuação, já que não possuem outros instrumentos documentais que a identifiquem na sociedade. Dito de outra forma, a sociedade não admite sua inserção enquanto indivíduos, tendo que resgatar em suas próprias memórias motivos para acreditar em sua existência. Todos os seres humanos estão sujeitos a esse resgate, mas para um morador de rua tal atividade torna-se uma atividade tão fundamental quanto suas necessidades biológicas. A sociedade dominante já possui atributos que evidenciam sua qualidade de indivíduos e, com eles, buscam legitimar seus direitos cívicos. A narrativa, portanto, torna-se uma construção de resistência, que permite ao morador de rua se colocar enquanto sujeito que é, está e modifica o mundo, mesmo sem propriedade, sem renda fixa, sem documentos, sem adequação aos padrões morais e outros determinantes sociais que julgam os merecedores das condições de existência.

#### 4 SOBRE A RUA

“Eu não vou defender a sociedade porque a sociedade, cara, a sociedade, a maioria não gosta de nós” (JEFERSON, 2014, informação verbal)

Para Jeferson, morador de rua, a sociedade é uma instância da qual nem ele, nem seus companheiros, fazem parte. Esta população oferece uma singularidade de discurso, linguagem e juízos que permite uma compreensão cognitiva, estrutural e cultural das possibilidades de existência no meio urbano contemporâneo. A insistência de colocarem-se deslocados da Sociedade, já diz bastante respeito sobre como atribuem sentido ao mundo. Desta forma, uma tradução, uma conversão destes sentidos protagonizada por um pesquisador cuja consciência sobre a sociedade é outra, cuja trajetória pessoal é outra, implica no risco de dissimular o que de mais rico possuem estes indivíduos: sua capacidade de narrar. A etnografia, desde suas primeiras experimentações, carregou a dificuldade da definição do grau de aproximação entre o pesquisador e seu objeto a fim de extrair o que de mais sincero, verdadeiro e objetivo o campo poderia lhe trazer. Muitas teorias e tentativas de formular este contato foram incansavelmente proferidas, mas nada que chegasse a uma resolução, uma evidência impassível de quaisquer contradições, um produto que orientasse a conduta do antropólogo, isento de qualquer mudança de percurso. Afinal, tratam-se de relações humanas, e o que está ao alcance do pesquisador, como de qualquer ser humano, são apenas referências resgatadas por suas redes de relações. A eficácia do juízo, para Immanuel Kant (2010), em sua obra “Crítica da Faculdade do Juízo”, repousa em uma concórdia potencial com o outro. No domínio público, o juízo só se legitima conquanto exista um acordo com os demais, e, por isso, se torna uma faculdade política, a mais importante atividade de compartilhamento com o mundo. Ou seja, partindo do princípio de que o homem busca a harmonia entre os seus pensamentos e sentidos com os pensamentos e sentidos do outro, é apenas na relação em que se tem um extrato da realidade dos sujeitos.

Moradores de rua se encontram no domínio público em tempo integral (com raras exceções). A experiência de uma subsistência diária frente a uma organização política e social que não lhes reconhecem direitos básicos, não lhes deixando outra

opção se não disputar o espaço público com aqueles que transitam - porém do lado de fora de todas as portas das instituições que constroem e definem como o mundo se organiza - faz com que eles produzam uma identidade própria, um arranjo que harmonize seu pensamento racional com o mundo que lhes é dado. “Eu não vou defender a sociedade porque a sociedade, cara, a sociedade, a maioria não gosta de nós” (JEFERSON, 2014, informação verbal). Neste caso, não basta ao pesquisador confrontar o depoimento com o conceito de sociedade apreendido na sua vida acadêmica. Todos os conceitos, palavras e idéias se desmancham como areia e o que resta é aquele instante em que dois corpos pertencentes a distintos universos entram em contato. Dois sujeitos que com suas diferenças se comunicam. Dois sujeitos que produzem, através daquele instante de contato, uma linguagem.

A experiência vivida por estas pessoas diz muito mais que qualquer categoria macro-social instituída e só pertence a elas sua autenticidade. A narrativa construída por elas, o modo com que elas organizam suas memórias e os dispositivos de fala e escuta são determinados pelo resultado desta interação, construída daí entre os dois sujeitos. E se cabe ao pesquisador a responsabilidade de transpor o produto em texto, deve tomar certo cuidado em concentrar-se naquele instante de partilhamento que sintonizou os dois sujeitos, para que assim sua fidelidade possa ser considerada. Em outras palavras, o produto final deste trabalho não revelará a experiência fiel dos moradores de rua, mas sim um resultado fiel desta interação, um diálogo de narrativas que só foi possível através deste instante de interação.

A população de rua está habituada a uma relação com o outro que se reduz a um esquadrinhamento, um fichamento, um conjunto de dados (em albergues, polícia, eventuais entrevistas jornalísticas). Marcos conta sobre uma abordagem de um jovem a fim de fazer um trabalho para a faculdade:

Vou te contar uma. Veio um cara fazer entrevista com nós. Sentei, olhei pra cara do cara, perguntei uma coisa ‘você é da faculdade?’ ‘sou, sou da UFRGS’, ‘pode falar o que você quer fazer, você quer fazer algum trabalho com morador de rua né?’, ‘como tu sabe?’, eu falei ‘claro cara, de graça você não vai vir olhar a minha cara, né?’. Tá e daí? Vai botar minha foto nessa câmera, e aí? Vai levar lá pro teu professorzinho, e aí? Tentou se levantar nas minhas costas, aí vai chamar a polícia pra mim, sabendo que tu tá mais errado do que eu (MARCOS, 2014, informação verbal)

Qual seria a relevância científica de trazer ao mundo o predicado desta interação? Pelo simples fato de sua reiterada negação. E justamente por ela não acontecer, a possibilidade de construção de conhecimento que pode ser inferida ali se torna muito grande. Por outro lado, ao passo que a experiência não existe, as categorias morais continuariam sendo a referência de juízo do fenômeno (por parte dos dois lados).

Marcos, nos primeiros instantes de contato, se colocou perante o pesquisador na postura em que estava habituado a proceder quando a sociedade costuma abordar-lhe. De forma mecânica, como se catalogado, fichado e esquadrinhado:

Não tenho nenhuma doença, não tenho nada. Desde os 12 anos de idade eu moro na rua, tenho 41 anos de idade. Meu nome é Marcos Antônio de Lima Filho. Sou paulista, sou nascido e criado em Santos. Faz 16 anos que eu moro na tua terra. **Adoro**. Eu tive um ano agora fora e não me adaptei. Tive 6 meses em São Paulo e fiquei 5 meses em Florianópolis. [...] Então a vida é assim cara, sai de casa aos 12 anos, hoje tenho 41, rodei 6 estados do Brasil.” (MARCOS, 2014, grifo nosso, informação verbal).

Percebendo que estes dados não estavam sendo anotados, enfatizados ou dado muita importância, ele foi se sentindo mais à vontade.

O sentido de sentir-se fora da sociedade, para o morador de rua, ultrapassa a questão de exclusão social. Disto, eles têm total consciência do que eles representam e como se inserem nela. Mais do que reivindicar os direitos civis, suas queixas exaltam a ausência de uma legitimação enquanto pessoa. Prostrados nas praças, nas ruas, na vida pública, e sendo tratados enquanto seres invisíveis, onde qualquer contato abrevia-se a demandas quantificáveis, a população de rua é exaurida da condição de seres possuidores de uma subjetividade compartilhada, portanto incapacitados, inclassificados. Nada tem a dizer mais do que informações objetivas. Benjamin (2012) diz:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 2012, p. 204).

Para a sociedade, para aquela pessoa que transita na rua, para um brigadiano ou um profissional de albergue, aquele morador de rua é apenas um



instante. Marcos se envolve e se entusiasma no momento em que deixa de ser um instante, e passa a ser um narrador. No momento em que menciona a palavra “adoro”, já provoca um primeiro rompimento do discurso do inqualificado.

Antes de Marcos, nunca havia parado pra conversar com um morador de rua e nem Marcos havia tido um espaço de escuta que não envolvesse questionários, perguntas diretas e específicas. Esta dificuldade foi fundamental para a construção dialógica que se procedeu, pois o abismo que nos distanciava ia se aterrando até o momento em que os dois conseguiram alcançar suas próprias cosmologias de linguagem e, ao mesmo tempo, se entender.

Um sujeito acadêmico possui, no mínimo, três espaços nos quais se desloca no cotidiano (sua moradia, seu local de estudo, seu local de trabalho, etc.). Esta divisão de espaços lhe dá a possibilidade de discernimento de qual papel social desempenhar em cada um deles. Por exemplo: sabe que no ambiente do trabalho evita-se falar de sua vida íntima e assim por diante. Um sujeito morador de rua tem apenas a rua como espaço cotidiano, não atribuindo diferença do papel social a desempenhar. É na rua que ele fala de política, é na rua que ele fala de sua vida íntima, é na rua que ele filosofa, etc. Destituindo da pretensão de armar-se com sua própria cosmologia para com o outro é o momento em que um laço de entendimento se constrói, permitindo assim uma interação sem obstáculos e um diálogo congruente.

A câmera, o microfone e a escuta o colocou em um empoderamento de denúncia.

É duas coisas hoje que pra mim, na minha opinião – o que tem que falar eu falo! – que hoje se chama lavagem de dinheiro: é o tráfico de droga e morador de rua. Por que é o tráfico de droga e o morador de rua? É tão fácil você chegar naquele prédio ali, numa casa.. ‘vou abrir uma ONG’. No nome de quem? No nome de um morador de rua. E o que o Governo Federal vai fazer? Vai mandar a verba. É só você da uma voltinha que você vai ver. Hoje a maioria desses centros Pop's tem café da manhã, almoço e café da tarde. Mas tem muitos lugares hoje que é tudo fachada, entendeu? Hoje, a pior lavagem de dinheiro hoje, eu posso afirmar, é o tráfico de droga e o morador de rua. É tão fácil chegar ali e abrir uma ONG, aí você vai ganhar um monte de coisas mas com os morador de rua. ‘ah, não, isso eu vou ter que mandar pr’aquela fulano que mora na rua, pessoal da rua’ eles falam ‘pessoal da rua’, mas aquela doação nunca chega pra você. Nunca chega na nossa mão. (MARCOS, 2014, informação verbal).

Não é objetivo deste trabalho estudar o processo de exclusão social, os mecanismos que levam a ele e a violência simbólica aplicada na população de rua. O que de fato importa, para esta pesquisa, é como o sujeito nas condições de invisibilidade produz sua subjetividade, interpretação do mundo e sua interação objetiva neste espaço. Ora, o maior desafio de um Cientista Social é tentar analisar o mundo de cima, como se estivesse fora, mas sabendo que está dentro. Um morador de rua observa o mundo de baixo, em sua condição de transparência e exclusão, sendo constantemente deslocado para fora dele.

Dito isso, é de se pensar que eles saibam muito mais de nós do que nós deles. Para o senso comum, um morador de rua é ingenuamente desprovido da consciência de sua ocupação no mundo, inclusive da sua consciência de explorado. Sua falta de estudo (e será que ninguém que mora na rua teve estudo?) supõe que sejam mal-informados e suas palavras irrelevantes. Não é o que parece. Marcos sabe como a sociedade funciona. Sabe, inclusive, que não só ele é vítima da violência e da exploração. Nesta incursão a campo, todos os moradores de rua no qual tivemos a oportunidade de conversar, têm consciência de sua situação, sabem de seus motivos de estarem lá, bem como sabem configurar o quadro de desigualdade na qual estão inseridos e tem total noção das conseqüências de estar na rua. O que faz deles seres fora da sociedade?

Segue Marcos (2014) em par de igualdade:

Não acredite naquele negócio, Rodrigo, 'nunca vai acontecer comigo', isso é mentira, Rodrigo. É mentira. Vai acontecer um dia contigo. Hoje, graças a Deus, vocês conseguiram. Mas eu vou dizer algo pra vocês assim ó. Eu sei que quase nenhum de vocês nasceu em berço de ouro. Não sei como é a vida de vocês, mas a nossa vida nunca foi fácil. Não está sendo fácil até hoje. Aí o pessoal da rua também, quer ter família também entendeu. Mulher, filho. E eu não posso botar a culpa nas drogas. Se hoje eu to na rua aqui, eu sou sem-vergonha. Eu tive uma chance de vida. Tive uma não, tive várias chances de vida, pra mudar, e não quis. Eu achava que eu tava bem... eu tava mal. Ai eu corria pra rua de novo. E hoje é um vício a rua. Depois que tu pegar esse vício da rua, cabou. Chama vício. (MARCOS, 2014, informação verbal)

O que faz Marcos estar na rua é, de certa forma, uma inadequação ao sistema. Pressupõe que Marcos conheça o sistema. Pressupõe também que, independente do motivo de estar na rua, o fato de optar por ela é resultado de um

impacto que ele sofreu, ou seja, ele está dentro do jogo social. A ênfase que Marcos dá em que todos estão sujeitos a esta inadequação, a este “vício”, faz com que o “estar fora da sociedade” signifique, pra ele, outra coisa.

Então você não pode julgar um livro pela capa, você tem que abrir ele e lê, entendeu cara? Então pensa assim comigo: é tão fácil você julgar ele, entendeu? Qual a diferença dele pra mim? Olha bem, pra ele e pra mim. Qual a diferença? É por causa que ele tem uns dentes bons na boca? É por causa que ele tem uma moradia? Tem que ter um carro bom.... ele é mais do que eu? É porque ele paga os impostos em dia? (MARCOS, 2014, informação verbal)

Jeferson (2014) aprofunda o debate:

Cê acha que tem gente que mora aí nesses apartamentos de luxo aí não usa droga também? Não tem os problemas pessoais dele também? Só que o seguinte, ele já está na alta sociedade. E o que ele pode fazer? Ele está se escondendo atrás daquela droga, só que ele está na alta sociedade! Ele está na droga, ele está se escondendo atrás da droga, mas ele está ali na alta sociedade. Porque ele já fez a vida dele. Muito bem! Eu poderia ter feito isso também. Poderia ter usado a cabeça e ter feito assim... pô meu sonho na verdade é, ainda né meu, era ser médico, entendeu? É medicina. E seguinte, eu poderia muito bem ter feito a minha vida e estar na alta sociedade, mesmo com meus problemas familiares, usando minha droga, me escondendo atrás da droga. Porque a pessoa que usa uma droga está se escondendo atrás da droga. Tanto a maconha... a maconha, quando você fuma te dá uma faceirice desgraçada pra caralho. É um tranqüilizante entendeu? A medicina comprovou isso, é um tranqüilizante. Te acalma. As vezes quando você está com um problema, que você vai fazer? Vai lá fumar um baseadinho. (JEFERSON, 2014, informação verbal)

Jeferson, com suas palavras, traz a tona a contradição do discurso dominante. Problematiza, através do exemplo do uso de drogas, o que os diferencia de quaisquer outros. Afirma que a rua, por mais difícil que seja viver, foi uma decisão consciente de alguém que optou por uma práxis entre aquilo que deseja e aquilo que faz. Mais uma vez, indicou que a diferença entre eles e a sociedade não está nos indivíduos, nem em suas ações e muito menos em suas propriedades, mas sim nas relações. Jeferson não ficaria satisfeito estando na alta sociedade. Para Jeferson, mais do que uma casa e uma vida estável, quer que seus desejos sejam legítimos. Jeferson se sente mais seguro enquanto continuar preservando sua dignidade. A

opção pela rua é uma descrença de que existam espaços em que possa exercer uma liberdade. Retorno a Benjamin (2012):

Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer a um acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador: [...] O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo. (BENJAMIN, 2012, p. 221).

Marcos fala que:

A rua traz coisas boas. Tô falando do ponto de vista da minha pessoa, por mim. Tu tens a expressão de falar as coisas que tu não pode falar em certos lugares, em certos movimentos, você não pode se expressar. Você passa como errado, como um ruim. [...] Você tem tudo na mão. Tem pessoas que ajudam. Tem outras que não. Tem mais liberdade de expressão, poder falar. Poder falar a verdade. Poder se dizer o que é decente. Porque dentro do próprio país a gente não pode dizer. Hoje quem fala mal do governante vai preso. Agora, se passar um carro por cima de você, não é nada. (MARCOS, 2014, informação verbal).

Marcos ressalta o caráter aprisionante da sociedade. O morador de rua sofre por não se fazer entender que a rua, dentre as possibilidades de sociabilidade, é o que lhe restou. Não que a rua seja o espaço ideal de harmonia e de liberdade e que o desejo deles é lá permanecer. Vivem em um limbo que também os aprisiona, mas não é apenas a ascensão material que os satisfaria. Desejam mais do que dinheiro, querem ser reconhecidos como seres desejantes e, para isso, um espaço de escuta se torna fundamental.

Segue Jeferson (2014):

É porque no caso é assim, ó: ele quis se referir com a situação que existe no albergue, entendeu? Tem o apoio pro morador de rua. Pouco. Tem o albergue mas não tem pós o albergue. Você vai lá e fica 15 dias e depois você volta pra rua. Você não tem um encaminhamento pra que você... claro, o meu. A minha vontade é ter meu serviço de carteira assinada, entendeu? Ter meu lugar pra mim morar. Sair da rua. A rua só não traz coisas boas. A rua traz coisas ruins, entendeu? Então é isso que ele quis se referir, não tem um

pós-albergue, um pós-curso. Você vai lá e até pode ter um curso. Evoluir não é que não evolua. Você tem um aprendizado, mas pós-curso, não existe aquele encaminhamento da assistente social que te acompanha. O Jeferson – meu nome, Jeferson – O Jeferson foi lá e fez um curso de panificação. Ele é padeiro e confeitiro de mão cheia. De que adianta? Eu vou voltar pra rua. Aí eu vou lá pedir emprego pra você. Qual é o teu nome por gentileza? [Rodrigo]. Eu vou lá e o Rodrigo tem uma padaria, eu vou chegar lá e vou dizer assim ó ‘Rodrigo, eu fiz um curso lá no SENAI’ – eu fiz mesmo, é verdade, é fato - ‘eu fiz um curso lá no SENAI de São Paulo e eu tenho o diploma de confeitiro e padeiro. Você me dá um emprego?’ Ai você vai perguntar assim pra mim ‘ô Jeferson, você mora aonde?’ ‘eu moro na rua.’ Você não vai me dar o emprego. Ou então o seguinte ‘não, eu moro no albergue’, mas não tem aquele encaminhamento da assistência social junto comigo pra confirmar ‘não, o Jeferson está mudando. A gente está acompanhando ele, ele está querendo progredir, ele está querendo arrumar um emprego, entendeu?’ Meu pensamento pelo que eu entendo é isso aí né cara. Não tem um pós, entendeu? Tem o agora. Não tem o pós. No caso, Rodrigo, a assistência social vai me encaminhar ‘Não Jeferson, vamos embora. Vou te encaminhar prum curso que você vai se auto-ajudar, vai se profissionalizar e eu vou te largar num emprego, mas lá no emprego, em questão de 3 meses que é o contrato, eu vou te acompanhar ainda. Se não der certo nós vamos pra outra. Vamos batalhar e vamos sair da rua, tendeu?’ Não tem isso. Isso aí é o que deveria de ter, tendeu? É obrigado a ter isso aí. (JEFERSON, 2014, informação verbal)

Jeferson se utiliza de uma didática interessante, bastante explorada por eles, para apontar uma deficiência nas instituições do Estado. Usa a terceira pessoa para enfatizar que o que acontece com ele não é pontual e pessoal, e sim social. Jeferson reivindica o direito de representação política enquanto indivíduo que partilha de interesses comuns com o outro. Serve de contrapartida a uma sociedade que o considera, novamente, uma abreviação quantificável, inadequável a convivência coletiva. Enquanto Jeferson for apenas um - um caso isolado – a responsabilidade é sua por sua situação. A reivindicação transcende a falta de acompanhamento de um assistente social. Aquém disso é o fato de necessitar de um outro para o legitimar. É não poder se apropriar do seu próprio discurso para se comunicar com o padeiro e, assim, conseguir um trabalho de carteira assinada. Hanna Arendt (1972), em sua obra “Entre o passado e o futuro” decorre sobre a vida pública:

[...] Se pensamos nessa acepção de pertinência em termos políticos, somos tentados a enxergar no gosto essencialmente um princípio aristocrático de organização. Sua importância política, contudo, é talvez de maior alcance e ao mesmo tempo mais profunda. Sempre quando os indivíduos julgam as coisas do mundo que lhes são

comuns, há implícitas em seus juízos mais que essas mesmas coisas. Por seu modo de julgar, a pessoa revela também algo de si mesma, que pessoa ela é, e tal revelação, que é involuntária, ganha tanto mais em validade quanto se liberou das idiossincrasias meramente individuais. Ora, é precisamente o domínio do agir e do falar, isto é, o domínio político em termos de atividades, aquele no qual essa qualidade pessoal se põe em evidência em público, no qual o 'quem fulano é' se manifesta mais que as qualidades e talentos individuais que ele possa possuir" (ARENDETT, 1972, p. 278).

Este trecho ilustra a importância, no domínio público, de apropriar-se de uma individualidade que garantirá sua persuasão política de reconhecimento. No caso de Jeferson, sua individualidade foi retirada. Viver na rua será sua única identidade e, para exercer seu talento como panificador, alguma instituição terá que garantir ao dono da padaria que Jeferson é apto para se enquadrar. Jeferson vê a solução na assistente social, pois é como a sociedade se relaciona com ele: algo a ser esquadrinhado, fichado. Mas será que é o emprego que garantiria a ele o sentimento de inclusão no quadro social?

O tempo passa e a interação muda um pouco de prisma, tanto na narrativa dos moradores, quanto na escuta do pesquisador. Nos primeiros minutos a situação era desconfortante, pois o abismo que os separava era abissal. Na medida em que a aproximação já se tornava uma cumplicidade, os moradores de rua se sentiam seguros de exporem suas denúncias de injustiça social, suas demonstrações de consciência, resultados de suas constantes observações no papel deslocado da sociedade. Passado já uma hora, todos se encontravam tão entretidos na conversa que começaram a surgir confissões mais no plano afetivo do que político. Diz Marcos:

Tem que começar a tratar a pessoa como gente, não discriminar a pessoa, tu entendeu? Não é porque eu faço minha reciclagem que você me olha com outros olhos, entendeu? Muitas vezes olham a gente com cara de nojo. Não é assim que funciona. Acho que tem que ter um certo respeito. Porque se eu te respeito, você tem que me respeitar. Porque quando a gente morrer, vai todo mundo pro mesmo lugar. Não é porque você tem o carro do ano, e querer passar pra cima de mim porque eu tenho um carrinho de reciclagem... (MARCOS, 2014, informação verbal)

Em contraposição, Marcos cita o jardineiro da praça:

Ai também, esse aqui é o jardineiro da praça que gosta muito da gente aqui, ajuda a gente pra caramba, cuida daqui. Ele trabalha, ele cuida daqui, entendeu? E não tem discriminação com nós. Esse aqui não tem discriminação com nós. Ele conversa com nós. Mesmo tendo casa, mesmo tendo a vida estável, trabalhador. Conversa com nós, trata a gente como se fosse igual a ele. Isso da parte dele que é legal, entendeu? Mesmo sendo que nem a pessoa que ele é. Eu me dou muito bem com ele, eu gosto dele. Eu falo pra ele agora: eu gosto muito dele, entendeu? Eu não tenho nada contra ele. Só que ele trata a gente muito bem. Ele trata a gente com amor. Dá bom dia, cumprimenta a gente, a gente cumprimenta ele. Não atrasamos o lado dele, ele não atrasa o nosso lado. Eu queria que todo mundo fosse que nem ele assim, que chegasse, mesmo que tivesse casa... Uma coisa que a gente pensa assim: pra que dinheiro? Pra que as coisas? (MARCOS, 2014, informação verbal)

Começa-se a perceber que a carência do morador de rua menos tem a ver com a posição social do que a afetividade que permite se sentir pertencente à sociedade. Confere-se aí que o principal problema de exclusão por parte desta população vem do fato de que lhes retiram sua humanidade. Diz Jeferson (2014):

Por isso que hoje a pessoa pensa assim ‘pô, meu filho vai nascer, pô, vou ter que ter o maior cuidado pro meu filho não conhecer droga, pro meu filho não botar um cigarro no meio dos dedos, pro meu filho estudar pra caramba, pro meu filho não ser igual ao Jeferson que está morando lá no banco da praça. Entendeu? (JEFERSON, 2014, informação verbal)

Seus depoimentos asseguram que são conscientes de que possuem um estigma, uma “epidemia social” que os afasta dos quadros de socialização e que, a conversão deste paradigma só será possível quando forem capazes de serem vistos enquanto seres humanos que não apenas comem e dormem, mas também que pensam e sentem. “Que o cara que está na rua tem refletimento também né cara, tem pensamentos bons também né, só que muitas vezes, e é isso que eu to dizendo, ele não tem ajuda né cara, eu sou um ser vivo”, diz Jeferson (2014, informação verbal) e segue:

“Eu conheço um cara, um cara que se envolveu no movimento da população de rua. O cara é ótimo. Só o que estraga é a droga. Por que? Porque ele teve os problemas familiares dele no passado, ele veio pra rua, conheceu a droga, o que ele faz? Ele se sente depressivo, ele se sente sozinho, não tem ninguém pra sentar e pra escutar ele como vocês quatro que eu tenho aqui pra me escutar, pra pensar na droga. Ou não tem outra pessoa que pode chegar e puxar assunto com ele como ‘e ai Jeferson, como é que você está? Tudo

bem, Jeferson?’ Tranquilo, vir te apertar a mão assim na humildade, mesmo você estando sujo, barbudo, cabeludo, vindo assim dizer ‘E ai Jeferson, tudo bem? Como é que você está?’ ‘Não, estou tranquilo’. Sentar 5 minutos cara! Eu sei que não tem esses 5 minutos. Muita gente está no sofrimento aí, porque tem uma família pra sustentar dentro de casa. Eu também gostaria de ter minha família, ter meu serviço, todo dia de manhã levantar e trabalhar e levar comida para minha família, ter minha casa, ter meus filhos, ter minha esposa, também gostaria. Só que se eu estivesse nessa situação de todo dia levantar e trabalhar e levar o que comer pra minha família, eu ia dar atenção prum morador de rua, porque eu fui um. Normalmente não tem quem trocar idéia, os caras não tão nem aí, ninguém dá bola e que se lasque, entendeu? A única pessoa que vai dar bola pra mim é a polícia, quando passa ali pra me dar uma abordagem e perguntar o que eu to fazendo. (JEFERSON, 2014, informação verbal)

Ezequiel, morador de rua há cinco anos, reflete sobre o mesmo tema:

Pensa comigo. Agora tu está aqui, me dando atenção, me dando ouvido, ouvindo o que eu tenho pra dizer, sem pressa, tranquilo. Já está anoitecendo e a noite é muito longa. Se tu não estivesse aqui cara, eu já teria ido fazer o corre da droga, entendeu? Pensa comigo, que outra solução eu teria? Vai me dizer que eu estou errado? A vida na rua é solitária meu amigo. Ninguém quer saber de nós. E o que nos resta nesses momentos? Nos agarrar na droga. Mas vou te dizer uma coisa... se eu quisesse eu poderia estar em casa, minha família tem casa, se eu quisesse ia pra lá. Mas não consigo, tenho meus parceiros aqui [Praça Garibaldi], são gente que nem eu, não consigo me afastar desse povo. (EZEQUIEL, 2014, informação verbal).

Moradores de rua, portanto, não suplicam o fim da violência. Eles possuem total noção que a vida é guiada por violência independentemente de estarem nas ruas ou nos condomínios. Não suplicam o fim das drogas, sabem que a droga é uma substância que toda humanidade consome. Não pedem também qualquer interação. Na falta de um Estado que mal consegue conferir-lhes um acompanhamento técnico, o que pedem é que a sociedade confira-lhes o título de humanos, que interajam enquanto humanos. Assim, o espaço é aberto para que eles possam demonstrar e receber afeto. Diz Jeferson:

Não quero que tenham pena por nós. Eu estou dizendo a realidade. Eu não quero que vocês tenham pena de nós, que a sociedade tenha pena de nós. Eu quero que a sociedade dê o nosso direito de ir e vir mermão! Eu sou um ser vivo e respiro igual você! Eu respiro igual a um cachorro, que um rico aí tem! Só que eu quero ter o meu direito! Quero ter meu serviço de carteira assinada. É o que eu quero! Todos têm o direito, só que é o seguinte, que nem eu falei cara, aconteceu



alguma coisa na vida das pessoas que as pessoas têm na rua. Tem um motivo. Amanha, depois, tomara Deus que não, você pode ter o motivo de ir lá pra praça, dormir lá na praça. Amanhã ele, pode ter o 2º, o 3º grau completo e pensar assim... 'não, teve um problema na minha vida e vou lá com o Jeferson morar na praça'. Pode acontecer cara! Hoje você pode ser da sociedade, amanhã você pode estar na praça dormindo, pedindo o que comer. Tem gente que não pensa nisso. A gente que eu tô dizendo não é os moradores. O governo não pensa nisso. O governo não quer ver isso. (JEFERSON, 2014, informação verbal).

#### Complementa Marcos:

É isso que a gente quer entendeu? A gente não quer se sentir um coitadinho, a gente quer se sentir gente. Poder vocês passar por nós. Um café da manhã, um almoço, tudo bem. Mas dizer assim 'bom dia fulano, você dormiu bem essa noite? Como tava na rua, tava frio né?' Vai no seu apartamento e traz um cobertor aqui. 'pô, eu vou dar alguma coisa praquela rapaz, ele está com frio, eu tô aqui dentro aqui, eu olho na minha volta, uma televisão. Pera um pouquinho. Mas Deus quando me levar, não vai levar isso comigo. Peraí um pouquinho, eu tenho 4, 5 cobertores, peraí. Ó fulano, tenho aqui uma sopa bem quentinha e um cobertor, vai te confortar' 'muito obrigado'. Eu vou me sentir tão gente, bem gente. (MARCOS, 2014, informação verbal).

Jeferson, Marcos, Ezequiel e muitos moradores de rua são silenciados diariamente pela sociedade. Jeferson, Marcos, Ezequiel e muitos moradores de rua possuem discursos próprios que, mais do que qualquer pessoa, podem se apropriar da realidade da rua. Entretanto Jeferson, Marcos, Ezequiel e muitos moradores de rua não possuem um espaço no domínio público que legitime suas narrativas enquanto uma representação da realidade. Jeferson, Marcos, Ezequiel e muitos moradores de rua, portanto, consideram-se fora da sociedade, pois eles não a afetam (no sentido de produzir afeto). Marcos afirma que "ninguém fala a realidade dentro da rua, entendeu? Não sei se é por medo... mas eu o que tem que falar eu falo, entendeu? A sociedade odeia a gente." (MARCOS, 2014, informação verbal).

## 5 SOBRE A RELAÇÃO

“Tu usou minha imagem, usou minha pessoa. Eu só queria que tu sentasse comigo e conversasse um pouquinho comigo, uma palavra de conforto. Tu fez 200 perguntas pra mim – eu falei pra ele”. (MARCOS, 2014, informação verbal)

O estudo bibliográfico sobre narrativas, o depoimento dos informantes, a interação no campo e o processo de transposição em texto constituíram as etapas deste trabalho. São elementos que inexistem separadamente, muito menos elencados em uma classificação de importância entre um e outro. A inter-relação entre as etapas, a potência que uma gerou na outra, fazem delas unívocas de um mesmo corpo, onde “etapa” talvez não sirva como termo adequado para nomeá-las. Corpo, porque se trata da vida, vida esta que se manifesta no contato entre sujeitos e que de lá se extrai o suprasumo de inúmeras existências e do conhecimento. A leitura, o contato oral e a escrita (processos simultâneos, indissociáveis e indispensáveis para este corpo totalizante), serviram de materialização para algo preexistente, porém não transmitido. É na ação da comunicação que um conjunto de idéias desintegradas se corporifica, se atribui sentido. Paul Zumthor é um lingüista suíço que bate nessa tecla. Lúcio Agra<sup>1</sup> constata que:

O título *Performance, recepção e leitura*, representa em três palavras, de modo admiravelmente sintético, o circuito dialógico da fala e do corpo, ambos postos a serviço de formas poéticas que reúnem ao invés de segregar, que visam ao compartilhamento ao invés do isolamento típico do gesto da leitura [...], que buscam a presença – mesmo que mediada – no paradoxo do desaparecimento de um sujeito enunciativo, que insistem na multiplicidade de vozes contra um discurso monofônico e monótono.

Durante o processo, percebeu-se que é no ato de narrar que o narrador organiza a multiplicidade de vozes de suas experiências passadas para atribuir sentido, dar nexos e colocar em série a fim de produzir uma justificativa existencial. Um ato de resistência principalmente para quem não tem outros artifícios de identidade e de pertencimento na sociedade. Condição de um processo eficaz é

---

<sup>1</sup> Comentário retirado da orelha do livro “Performance, recepção e leitura” de Paul Zumthor (2007).

partir da presença de um outro corpo disposto a se apropriar organicamente deste conjunto de informações e interpretá-la. Grosso modo, Zumthor (2007) chama esta fase de **recepção**, elementar para o que ele chama de **ritualização da linguagem**. Uma enunciação recebida, interiorizada, sentida no corpo e ampliada além da informação dada. O desejo dessa interação e dessa reconstrução é o que permite a narrativa existir, ou seja, o receptor deve estar em posição de igualdade, perceber que a relação é obstruída caso seja unilateral, a pura curiosidade científica não basta. Aquele primeiro contato revelou pra mim inúmeros preconceitos que o senso comum produz sobre uma população que nunca teve um espaço de escuta. Revelou meu interesse profundo, nunca antes despertado, de ouvir o que tinham a dizer. Revelou que o preconceito existe devido a um abismo de comunicação, signos e cosmologia entre eles e o resto. Revelou, porque do ponto de vista em que vivem, enquanto observadores e expectadores, eles tinham muito a dizer sobre mim. Não era apenas uma curiosidade científica, era uma curiosidade acerca de minha própria existência em interação com eles. O sentar-se, abrir-se com eles, o toque, a brincadeira, foram uma aula. O contato fez-me pensar que a única razão que não convivo com eles como convivo com amigos é porque a sociedade nos afasta.

É necessária uma discussão epistemológica e metodológica para compreender o papel de um pesquisador, etnógrafo, antropólogo, em campo e em interação com seu “objeto”. Para construir uma relação em que a narrativa seja possível, é importante que o pesquisador se torne um receptor. Que esteja disposto a criar um vínculo e se inserir no universo daquele a quem quer desvendar. Isso exige uma reflexão anterior de abordagem que não se resume a regras preestabelecidas, perguntas a serem planejadas, protocolos de dados, etc. A população de rua já está habituada a este tipo de abordagem por parte do Estado e a elas já possuem seus protocolos de resposta. Cabe ao pesquisador a consciência de que ele não é o agente do saber inferido. A resposta não está na sua manipulação póstuma das informações trazidas. É no instante da narrativa, portanto da interação, que o saber é construído. Não que ele seja totalmente dispensável do processo, mas deve se colocar como um receptor, como alguém que permitirá ao narrador que disserte sobre a sua realidade. Para estes fins, cabe recorrer a autores como Tim Ingold, que propõe uma alternativa ao distanciamento epistemológico com o qual opera a ciência na modernidade. Diz ele:

A ciência de hoje continua a basear a sua legitimidade no recurso aos dados, que são repetidamente verificados e reverificados, numa busca incessante pela verdade, por meio da eliminação do erro. E a maior parte das ciências da mente e da cultura, tais como a psicologia e a antropologia, tem seguido as tendências desse mesmo empreendimento. Isto é, elas se ocupam da divisão entre o que Bacon chamou de mundo 'em si', a realidade da natureza que pode ser descoberta somente por meio da investigação científica sistemática, e os vários mundos imaginários que as pessoas de diferentes épocas e lugares invocam e que, na sua ignorância da ciência e de seus métodos, assumem como sendo a realidade. (INGOLD, 2012, p. 15, 16).

Sua trajetória propõe uma ruptura epistemológica na qual este trabalho se inspirou. Procurar o saber fora do campo, como se o campo fosse apenas um recurso para que a realidade seja encontrada em outro lugar, é o que esse trabalho buscou evitar. A realidade está no campo. Está na rua e está na narrativa de quem vive nela diariamente e integralmente. E se algo foi desvendado ou desvelado, é porque o pesquisador esforçou-se por abster-se de suas pré-noções intelectuais e permitiu que uma experiência contasse mais que uma teoria. Desconfiados que pudéssemos estar nos utilizando de uma falsa boa vontade para justificar que não existiam preconceitos da parte da sociedade sobre eles, nos questionavam e pediam que fôssemos honestos acerca do nosso comportamento cotidiano. Desarmaram-nos, retiraram nosso manto de bons cidadãos. Apenas com humildade chegaríamos perto de absorvermos a realidade. Não é em uma relação messiânica que uma ciência humana tira bons resultados.

Conclui Ingold (2012):

A moral da história, claro, é que problemas inicialmente pequenos – se nós tivermos medo de reconhecê-los ou de falar o seu nome por medo de infringir as normas da conduta racional – podem crescer até o ponto em que a vida social ordinária não possa ser sustentada. Eu acho que, atualmente, existe um dragão em nosso meio, e ele está crescendo até o ponto em que se torna cada vez mais difícil levarmos vidas sustentáveis. Este dragão habita a ruptura que criamos entre o mundo e a imaginação que temos dele. (INGOLD, 2012, pg 29).

No momento de ir para a rua e começar o campo, era sabido que seriam difíceis as primeiras abordagens, afinal existe um abismo entre as duas realidades e tanto uma quanto à outra iriam sofrer um estranhamento por não estarem habituados a este tipo de contato. A própria interação foi revelando que a

aproximação se daria através de um desarmamento de suposições pré-idealizadas. Na medida em que os dois corpos se encontraram identificados e seguros – no sentido de perceberem que compartilhavam, a partir de então, desejos semelhantes – é que a interação aflorou. Marcos, por exemplo, ficou surpreso quando utilizamos seu carrinho de reciclagem para melhor posicionar a câmera. “Olha, que legal, vocês são rapazes que não usam luva. O bom de vocês é esse, que vocês não usam luva, entendeu?” (MARCOS, 2014, informação verbal) . Foi um primeiro resultado de que a relação selar-se-ia no momento em que não houvesse mais diferenças que verticalizassem o encontro e sua performance. A câmera e os microfones são elementos que correm o risco de subverter o diálogo, por isso torna-se importante encontrar métodos que naturalizem ao máximo a sua presença. Uma das precauções antecipadas foi inserir nossa própria imagem nas gravações, a fim de marcar a cumplicidade da exposição. Marcos conduziu sua fala com poucas pausas, e pouco a pouco se familiarizou com a nossa presença, visto que ela se diferenciava dos demais espaços de fala a que estava acostumado. Citei esses exemplos para ilustrar a importância do cuidado do método na pesquisa e da postura do pesquisador diante do sujeito com quem interage.

O campo, como foi supracitado no início deste capítulo, não representa o corpo totalizante da experiência expressa neste trabalho. A interação, a recepção da narrativa, o contato com o outro são de suma importância para a construção do vínculo, porém ainda existe o desafio de transpor tudo aquilo em um texto. Dá-se aí um interessante exercício de escrita. Não seria o texto do pesquisador também uma forma de narrativa sobre aquela interação? Como transformar a narrativa dos narradores de rua em texto sem rearranjá-la de acordo com a subjetividade do pesquisador? São perguntas que pulsam, mas devem ser tratadas com cuidado. O processo de inserção a campo já faz parte da escrita do trabalho. No momento em que o pesquisador está imerso em seu campo, as narrativas são fruto da interação entre os dois sujeitos. Como dito em outro capítulo, o produto final deste trabalho não revelará a experiência fiel dos moradores de rua, mas sim um resultado fiel desta interação, um diálogo de narrativas que só foi possível através daquele instante. Cabe ao pesquisador concentrar-se em escrever sem preocupar-se exclusivamente com a fidelidade das palavras, afinal, também é sobre si que está escrevendo. No campo foi participante, não apenas ouvinte. Era um ator mergulhado naquela realidade, naquele contato. Participava e sentia, construía conjuntamente.

Foi cúmplice assegurando a legitimidade da autoria do texto. A referência encontrada nesse exercício foi a **alegoria etnográfica** de James Clifford (2011).

O argumento que conduz o raciocínio de sua obra “A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX” é tratar a etnografia como uma alegoria, em seu sentido moderno, para evidenciar sua construção dialógica sobre duas experiências distintas entrando em contato. Nesse sentido, o peso de uma possível “verdade” na descrição é substituído por um relato processual em situações específicas. O sentido de alegoria é expresso de maneira clara na obra. A alegoria da escrita etnográfica é sua forma (a maneira de escrever, seu modo de textualização) e seu conteúdo (as descrições mesmas das culturas). Ela se caracteriza como: “uma representação que interpreta a si mesma” (CLIFFORD, 2011, p. 61). Segue Clifford: “Assim, aceitar a etnografia como alegoria, significa levar a sério suas proposições políticas de fato, modificando as formas mesmas como os textos podem ser escritos e lidos” (CLIFFORD, 2011, p.61).

Todo esse argumento montado para tratar a etnografia enquanto alegoria produz um sentido muito importante, não só para a antropologia, mas para todas as disciplinas que tem a etnografia como “método” constitutivo de análise. Manifestar a alegoria na escrita, tendo em vista a expansão desse termo é recuperar o valor político dos textos etnográficos. Isso fica explícito na apropriação de Benjamin que Clifford (2011) faz:

A alegoria moderna, diz-nos Walter Benjamin, está baseada num sentido de mundo como transitória e passageira. A ‘história’ é percebida como um processo, não de vida inventiva, mas de uma ‘irresistível decadência’. O material análogo à alegoria é, portanto, a ruína, uma estrutura em constante processo de desaparecimento e que convida a uma reconstrução pela imaginação. (CLIFFORD, 2011, p. 86)

O capítulo intitulado “Sobre a rua” é reflexo deste estudo. Ele é construído como um relato processual da interação. A interpretação está explícita no texto e o diálogo fidedignamente transcrito. Quem o lê percebe a interação, percebe que o trabalho não é de autoria apenas do pesquisador, e sim uma co-autoria dos ali presentes na interação. Destaco três inspirações para o texto e em seguida justifico: Clifford Geertz, Raymond Firth e Loïc Wacquant (sem contar, claro, James Clifford que já foi abordado).

Clifford Geertz, em “Obras e Vidas: O Antropólogo como autor” (2009), através da análise de textos de antropólogos clássicos, como Levi Strauss, Evans-Pritchard e Malinowski, abordou a questão da relação entre o campo e a escrita etnográfica. Escreveu ele:

A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com a sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela). De realmente haverem, de um modo ou de outro ‘estado lá’. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita (GEERTZ, 2009, p. 15).

Partindo disso, ele defende:

[...] Não por considerar que a antropologia deva ser convertida numa leitura leve, [...] mas porque uma certa descrição das relações do antropólogo com o povo por ele estudado é relevante para a natureza de seus resultados. Ela é um indicador da digestão social de ambos – alguns povos não conseguem engolir uma pessoa de fora, enquanto outros a absorvem facilmente. (GEERTZ, 2009, p 26).

A escrita e o campo têm que manter certo nível de coerência. Tornar o texto neutro é falsificar uma experiência que implicaram muitas interações sensíveis que foram fundamentais para o resultado final da pesquisa. Nada faria sentido se eu não mantivesse a interação, a narrativa e as trocas no texto, pois elas são o texto. Se é na experiência o extrato de qualquer aprendizado do trabalho, o que restaria escrever fora dela?

Segundo Geertz (2009), a revolta de Raymond Firth é semelhante.

A maior necessidade, nas Ciências Sociais de hoje, é de uma metodologia mais refinada, tão objetiva e desapaixonada quanto possível, na qual, embora os pressupostos decorrentes do condicionamento e do interesse pessoal do investigador influenciem seus resultados, esse viés seja conscientemente enfrentado, a possibilidade de outros pressupostos iniciais seja reconhecida e as implicações de cada um deles sejam levadas em conta no decorrer da análise. (GEERTZ, 2009, p. 26).

Antes de entrar em contato com a população em situação de rua, não havia criado expectativas nem sabia os rumos a que estas inserções me levariam. Foi

apenas a partir do primeiro contato que passei a desenvolver um “apaixonamento” pelo tema e pela possibilidade de trocas que essa relação proporcionaria. Seria uma omissão considerável não incluir este progresso que foi gerado pela intensidade afetiva da aproximação. Como se o escrito já fosse premeditado, presumido e calculado antes do campo. Como se as narrativas fossem uma confirmação de outros registros, tanto para mim quanto para o narrador e não um instante único sendo criado. O texto, como está escrito, é sua forma e seu conteúdo, tal qual Clifford escreve sobre a alegoria. Diferencia-se de uma transcrição corrida, pois passam por uma clivagem dos momentos mais destacáveis da interação. A diferença é que a forma do texto, mesmo que escrita apenas pelo pesquisador, mantém um diálogo constante com o narrador, como se os dois tivessem composto conjuntamente o trabalho. Foi inspirado em Loïc Wacquant, no seu trabalho intitulado “Putas, Escravos e Garanhões: Linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais” (2000). O autor segue uma metodologia de escrita muito semelhante com a deste trabalho. Cito um exemplo:

Uma noção que costuma ser usada por críticos do boxe profissional para explicar a persistência desse esporte é a de que os lutadores são ingênuos, crédulos, equivocados ou mal-informados a respeito da verdadeira natureza de sua ocupação — em suma, simples marionetes (ou bobos) nesse ‘show business sangrento’ ao qual dedicam bons pedaços de suas vidas e de seus corpos. Na verdade, porém, longe de acalantar quaisquer ilusões, os boxeadores profissionais são extremamente conscientes quanto ao fato de terem entrado em um universo de exploração desenfreada em que a mentira, a manipulação, o ocultamento dos fatos e os maus-tratos são a regra, e em que os danos ao corpo e o dismantelo da vida pessoal são conseqüências normais do ofício. Um dos membros da academia de boxe no South Side de Chicago onde fui aprendiz durante cerca de três anos descreve da seguinte forma as relações entre os que fazem parte do mundo dos ringues: ‘Todo mundo tenta pisar em todo mundo, todo mundo tenta machucar todo mundo, e ninguém confia em ninguém’. (WACQUANT, 2000, p. 127, 128).

Já no início do seu trabalho, Wacquant (2000) provoca o leitor contradizendo certas afirmações do senso comum acerca dos boxeadores profissionais. À diferença de outros trabalhos etnográficos mais tradicionais, seus argumentos são justificados pela própria fala do boxeador, e não por uma interpretação teórica do pesquisador (que se apropria da vida do seu objeto por tê-lo observado por certo tempo). A singularidade do seu trabalho, que foi inspiração para esse, expressa na



dinâmica de escrita, intercala citações do próprio boxeador com citações de bibliografias de autores mais reconhecidos colocando-os em níveis de igualdade e relevância para o entendimento da pesquisa com o propósito de evidenciar a narrativa dos sujeitos explorados como fundamental para o entendimento da exploração da classe de boxeadores. Vale lembrar que entrevistas e diários de campo, por via de regra, encontram-se nos apêndices dos trabalhos antropológicos.

Escrever um trabalho científico incorporando o modo como um trabalho científico é escrito implica discutir linguagem. Reconhecer a disputa entre a ciência e a narrativa é responsabilizar-se por, ao menos, esclarecer suas fronteiras e suas possíveis interações. A indagação sobre qual delas representa a Verdade, existe. No entanto, tentar resolvê-la é doutrinante, pois se tratam de discursos e apropriações que esbarram no domínio da crença. Torna-se importante, por outro lado, discorrer sobre o conflito, já que ele existe. Barthes (1989), em sua aula inaugural da cadeira de semiologia literária do *Collège de France*, escreveu:

É de bom-tom, hoje, contestar a oposição das ciências às letras, na medida que relações cada vez mais numerosas, quer de modelo, quer de método, ligam essas duas regiões e apagam frequentemente sua fronteira; e é possível que essa oposição apareça um dia como um mito histórico. Mas, no ponto de vista da linguagem, que é o nosso aqui, essa oposição é pertinente; o que ela põe frente a frente não é aliás, forçosamente, o real e a fantasia, a objetividade e a subjetividade, o Verdadeiro e o Belo, mas somente lugares diferentes de fala. Segundo o discurso da ciência – ou segundo certo discurso da ciência – o saber é um enunciado; na escritura, ele é uma enunciação” (BARTHES, 1989, p. 20).

Transpor as narrativas da rua - que é uma enunciação - para um trabalho científico – que lida com enunciados – é tencionar um encontro de espaços de fala, nitidamente reivindicado pelo narrador em questão, como também um ingrediente que dá sabor às palavras científicas. Para Barthes: “A escritura faz do saber uma festa” (BARTHES, 2009, p. 21).

O processo do trabalho mostrou que sua relevância é uma cumplicidade. Sendo a narrativa um propulsor de resistência da população de rua, dela retira-se que, na palavra de cada um deles, a busca de uma companhia que desempenhe um papel de receptor, de um alguém que o reconheça em outra condição que não a abandonante, de coitado, inclassificado ou numérico, e coloque-o enquanto ser humano que é consciente de sua condição, desejante de afeto, narrador singular de

um povo representado, vale muito mais do que uma cama, um prato de comida e um par de sapatos. Vale mais do que um punhado de moedas, um título de panificador, um carro do ano. Destas materialidades eles possuem consciência de protagonismo, mas elas só serão viáveis enquanto a sociedade considerá-los igualmente capazes de conduzir suas próprias vidas, como cada ser humano. E isso só será possível se continuar vivo um espaço de escuta. Um espaço em que eles possam exercer-se narradores.

Concluir o trabalho é tão difícil como foi introduzi-lo, afinal, narrativas são eternas reconstruções de um passado que nunca se encerra. Um devir, para Deleuze. Ilimitado para Benjamin, quando se trata de um acontecimento lembrado e não vivido. Uma eterna resolução de enigmas, para Kafka. Uma apropriação diferente para cada orador subsequente, segundo Goody. E uma garantia de resistência existencial para cada narrador de rua. Para mim, pesquisador, também é uma atividade inconclusiva. Minha inserção a campo não se encerra a partir do ponto final deste trabalho, afinal nunca foi um trabalho com pretensões de alcançar um fim. Foi o campo que gerou o trabalho, e não o trabalho gerou o campo. O sabor das palavras, das vozes e até dos silêncios ainda estão passíveis de uma degustação. E continuo na rua, interagindo, trocando, revivendo, rememorando, reconstituindo minhas próprias narrativas. Essa é só mais uma delas, das quais me apropriei enquanto receptor e pude, como Zumthor (2007) contempla, multiplicá-las em diversas vozes:

“Todo texto poético é, nesse sentido, performativo, na medida em que aí ouvimos, e não de maneira metafórica, aquilo que ele nos diz. Percebemos a materialidade, o peso das palavras, sua estrutura acústica e as reações que elas provocam em nossos centros nervosos. Essa percepção, ela está lá. Não se acrescenta, ela está. É a partir daí, graças a ela que, esclarecido ou instalado por qualquer reflexo semântico do texto, aproprio-me dele, interpretando-o ao meu modo; é a partir dela que, este texto, eu o reconstruo, como o meu lugar de um dia”. (ZUMTHOR, 2007, p. 54).

Quando estávamos nos despedindo de Marcos, ele falou: “Antes de irem embora, gostaria de rezar um Pai Nosso em roda com vocês. Pra que Deus proteja vocês, que este projeto dê certo e vocês possam retornar aqui com saúde e nos encontrar novamente” (MARCOS, 2014, informação verbal). Eu não sou cristão e isso nada importa: nunca um Pai Nosso fez tanto sentido para minha vida

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A crise da cultura: sua importância social e política. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, São Paulo, 1972. p. 248-281.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1989. 89 p.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 272 p. 8ª ed. (Obras escolhidas, 1)
- CARLOS. **Carlos**: depoimento [mar./maio 2014]. Entrevistador: Rodrigo Isoppo. Porto Alegre, 2014.
- CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. 253 p.
- DANIEL. **Daniel**: depoimento [abr./maio 2014]. Entrevistador: Rodrigo Isoppo. Porto Alegre, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. 232 p.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997. 208 p.
- EZEQUIEL. **Ezequiel**: depoimento [abr./maio 2014]. Entrevistador: Rodrigo Isoppo. Porto Alegre, 2014.
- FELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Iluminuras, 2009. 240 p.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 204 p.
- GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012. 181 p.
- HEMELIN. **Hemelin**: depoimento [abr./maio 2014]. Entrevistador: Rodrigo Isoppo. Porto Alegre, 2014.
- INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, C.; CARVALHO, I. C. M. (Org.) **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- NISBET, Robert. A sociologia como uma forma de arte. **Revista De Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, n. 7, p. 111-130. 1 semestre, 2000.
- PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 192 p.
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann**. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2006. 558p. (Em busca do tempo perdido, 1)
- SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. 203 p.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Cultura, Percepção e Ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 237 p.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção e leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 128 p.

WACQUANT, Loïc. Putas, escravos e ganhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais. **Mana**, v.6, n. 2, p.127-146, out. 2000.